

Imperadores e Senadores no Baixo Império Romano

Norma Musco Mendes

Abstract

The objective of this paper is to discuss the application of the law of diminishing returns in the study of collapse of the Western Roman Empire. In this paper I emphasize the relationship between the imperial politic and the core and regional elites during the IVth century that display a significant loss of an established level of sociopolitical complexity.

O objetivo deste artigo é discutir a aplicação ao processo de desagregação do Império Romano do Ocidente do modelo teórico sobre colapso de sociedades complexas construído pelo arqueólogo Joseph Tainter.¹ A pesquisa que vem sendo realizada para elaboração de tese de Doutorado na Universidade Federal Fluminense, sob a orientação do Prof. Dr. Ciro Flamarion, tem demonstrado a coerência entre os postulados gerais do referido modelo² e a situação em que se encontrava a sociedade baixo-imperial romana.

Tal modelo se fundamenta no raciocínio explicativo da lei das proporções variáveis, a qual aplicada à organização societal estabelece que o crescimento da complexidade do sistema político de uma sociedade, na medida em que não for acompanhado por um crescimento significativo e paralelo dos demais sistemas que compõem a complexidade da organização societal, freqüentemente alcança um ponto de retornos marginais decrescentes que, dependendo das circunstâncias históricas, conduz a sociedade para uma situação de colapso.

Cabe lembrar que um dos postulados fundamentais para a construção do nosso modelo é o entendimento do colapso como um processo sócio-político que de forma interligada e interdependente atinge os demais sistemas da estrutura social. Assim, seu estudo deve considerar o processo de desenvolvimento e formação dos sistemas sociais e as transformações que diante de sua intensidade e amplitude podem significar a sua “quebra” .

Sendo assim, de acordo com a lógica do modelo, classificamos o processo histórico imperial romano em três situações:

- Final da República Romana (custos com o aparato governamental em elevação / benefícios sociais em elevação acelerada, quer dizer, retornos marginais em crescimento acelerado);
- Principado (custos em elevação e benefícios em elevação, quer dizer, retornos marginais em crescimento);
- Anarquia Militar e Baixo Império (custos em elevação acelerada e benefícios sociais em declínio, quer dizer, retornos marginais decrescentes).

Em linhas gerais, esta classificação se fundamenta nas seguintes conclusões.

O estudo do sistema político do Principado nos leva a inferir que as relações de autoridade, legitimidade, prestígio e decisão que envolvem o exercício do poder numa sociedade foram obtidas mais por mecanismos ideológicos do que pelas forças de coerção.³ Os dados extraídos da documentação textual e material nos levam a inferir, ao longo do Principado, a manifestação dos seguintes fenômenos: maior divisão, troca e redistribuição de recursos; maior grau de estratificação e diferenciação social; maior capacidade de centralização, regulação e integração entre o Estado, os diversos grupos sociais e entre o centro e as periferias; maiores investimentos nas covariáveis da complexidade, que definem o conceito de civilização, entendidas como atividades legitimadoras de poder; ampliação do território submetido a uma única autoridade, e ausência de fragmentação política.

Isto explica porque o Principado é representado em grande parte da literatura latina como sinônimo de Tranquilidade, Prosperidade, Normalização da vida, Estabilidade, Concórdia entre as ordens e Paz Romana. Tais inferências permitem validar a aplicação do nosso modelo teórico, pois demonstram que o crescimento do nível da complexidade do sistema político imperial romano gerou retornos marginais crescentes no nível da sociedade global.

No entanto, a estrutura sócio-econômica da República Tardia permaneceu inalterada em seus aspectos essenciais. Os crescentes custos da complexidade do sistema político não alteraram os parâmetros tecnológicos e demográficos da sociedade romana, impedindo o surgimento de novos mecanismos econômicos de produção e de circulação. Desta forma, por analogia, comparamos a situação do Alto Império com aquela descrita pela Escola Marginalista, segundo a qual o aumento de quantidade cres-

cente de capital sobre número fixo de trabalhadores em condições de tecnologia estacionária se defronta com o fenômeno da raridade como um obstáculo intransponível.⁴ Tal raciocínio nos leva a inferir que a administração imperial romana, desenvolvida com base na riqueza proveniente das conquistas, passou a ter de ser suportada pelos instáveis rendimentos provenientes da capacidade agrícola das regiões imperiais, pois os impostos eram cobrados por um índice fixo e não eram flexíveis o bastante para serem ampliados em épocas de crise. Isto nos leva a concluir a fragilidade do nível de desenvolvimento sócio-econômico existente.

Em síntese, podemos dizer que ao longo do Principado os retornos marginais dos investimentos na manutenção do Império declinaram consideravelmente em relação aos níveis da República Tardia.

Tal situação nos leva a pensar que os custos da complexidade político-administrativa para a manutenção do Império, principalmente diante de seu caráter cumulativo, tendia a crescer em proporções mais acelerada do que os benefícios apreciáveis para a sociedade. Tendência que atinge o ponto de inflexão diante dos conflitos do III^o século. Ou melhor, de acordo com o nosso modelo teórico, a manutenção das formas tradicionais de ampliação do aparato político, administrativo e militar, sem que houvesse um crescimento significativo e paralelo dos demais sistemas participacional e econômico, conduziu a sociedade romana para a situação de retornos marginais decrescentes dos investimentos da complexidade do sistema político, a qual significou o seu colapso.

Limitar-me-ei, neste artigo, ao estudo do relacionamento entre os objetivos da política imperial, as elites do centro e as locais, com base nos dados extraídos da documentação textual, principalmente Aurélio Victor, Amiano Marcelino e o Código de Teodósio, objetivando demonstrar a queda do nível de complexidade da sociedade imperial romana.

No caso da sociedade romana, constatamos que um indivíduo pode integrar a elite governante por nascimento ou pelo desempenho de funções graduadas na organização civil e militar. Logo, distinguimos no Baixo Império dentro da elite dirigente dois grupos sociais: a elite cêntrica, composta pelos altos funcionários civis e militares e, a nível local, os decuriões. Definimos as elites como grupos sociais identificados de acordo com o seguinte critério: “um agregado de pessoas com um sentimento de pertencer conjuntamente e detentoras de papéis dotados de expectativas de interesses semelhantes”,⁵ os quais detêm a riqueza, o poder e o prestígio social.

A leitura das passagens nas quais Aurélio Victor descreve o relacionamento entre senadores e o imperador⁶ nos levou a perceber que ele se

ocupa em narrar a luta dos senadores pelo poder, porém não está preocupado em reivindicar a ampliação das prerrogativas políticas do Senado de Roma.

Parece-nos, portanto, que o real problema é o posicionamento sócio-político dos senadores e não do Senado como um local de luta política, cuja atuação, ao longo do século II, já estava longe de ser determinante.

Para que possamos entender o significado do posicionamento político dos senadores no IV^o século é preciso analisar as transformações ocorridas na ordem senatorial durante os séculos precedentes.

Apesar de a ordem senatorial ter mantido durante o III^o século sua posição econômica, principalmente pela expansão de sua riqueza fundiária e pela manutenção do seu prestígio moral vinculado à ocupação das antigas magistraturas, sua influência política foi diminuída pelo desenvolvimento da ordem equestre e da burocracia.

Os estudos de M. Christol⁷ nos mostram que desde o chamado Edito de Galieno ficou consagrada a participação ativa dos militares de baixa condição social, mas com grande experiência de caserna, no centro das decisões políticas, ocupando postos que os tornaram protagonistas e não coadjuvantes do governo.

O desenvolvimento progressivo da burocracia imperial após o final do II^o século significou, também, a ascensão dos equestres civis, aos quais foram confiadas as funções burocráticas cada vez mais especializadas. A partir de Constantino, no entanto, se verifica uma transformação muito importante: a fusão da ordem equestre pela via da *adlectio* na ordem senatorial. Assim, as funções superiores antes reservadas aos cavaleiros passaram progressivamente aos senadores, os quais eram recrutados como vicários, prefeitos do pretório, da *annona*, da vigilância, do Egito, e governadores de província.

Esta ordem senatorial renovada é descrita na seguinte passagem do panegirista de Constantino, o gaulês Nazário:

“(...) Roma sentiu, por fim, que era a cabeça de todas as nações e a rainha do mundo, quando vinculou à sua Cúria os cidadãos mais nobres de todas as províncias, para que o Senado destacasse seu prestígio não somente no nome, mas também de fato, já que reunia em seu seio a elite do mundo inteiro (...)”⁸

O ingresso de decuriões no Senado, segundo Amiano,⁹ abrangeu também os bárbaros, os quais haviam ajudado Constantino na campanha da Itália.

Constantino, portanto, expandiu a ordem senatorial, permitindo que seus membros não residissem em Roma nem assistissem às reuniões do Senado. O papel dos senadores foi muito diferente daquele do Alto Império, principalmente porque provinham de uma nova aristocracia que emergiu pela absorção de membros da ordem equestre. Algo que é reforçado pela indicação de novos elementos para compor o Senado de Constantinopla, os quais gradualmente se separaram da classe senatorial pagã romana. Conforme nos demonstra A. Chastagnol,¹⁰ a ordem senatorial absorveu durante o IV^o século os altos postos militares e civis.

Este processo de renovação da ordem senatorial, portanto, nos faz entender a diferença no discurso de Aurélio Victor entre o Senado como uma instituição e a posição dos clarísimos da cidade de Roma. De início, veremos que tanto para Aurélio Victor como para Amiano Marcelino, o Senado fora destituído de poderes frente à existência de um imperador reconhecido por Aurélio Victor como *rector gentium* ou *summus rector*¹¹ e por Amiano como *orbis totius dominus* ou *orbis terrarum dominus*.¹² Por outro lado, o Senado também era impotente para recuperar a sua posição, porque os imperadores eram escolhidos dentro do exército e os senadores não tinham a oportunidade de influenciar na sua seleção, quer dizer, os senadores “consideravam perigoso para homens desarmados resistir a homens apoiados por um exército”.¹³

É interessante observar, nas comparações feitas por Aurélio Victor e Amiano Marcelino sobre as atitudes dos imperadores de sua contemporaneidade com os modelos históricos de comportamento imperial do passado, mais uma expressão moral do que política ou institucional. Ambos tinham consciência de que o caráter institucional do ofício imperial havia se transformado desde o Alto Império.

Amiano apresenta grande preocupação em descrever as formas do cerimonial que rodeava os imperadores e os separava dos seus súditos. Reflete a idéia de que viviam sob um sistema de governo autocrático à moda oriental, o qual se afastava dos princípios da *civilitas*, das relações sociais e políticas mantidas pelos melhores imperadores anteriores.

A descrição amianiana do *adventus* de Constâncio em Roma, no ano de 357, nos fornece uma demonstração do cerimonial de evocação do ofício imperial no Baixo Império. Constâncio se aproxima da cidade numa carruagem dourada. O Imperador era aclamado pela multidão nas ruas enquanto permanecia imóvel como uma estátua, entre o brilho de pedras preciosas e escoltado pelos *dracones*, cujas reluzentes armaduras os tornavam parecidos com estátuas de bronze.¹⁴

A entrada solene do imperador numa cidade assumia forma protocolar e profundamente religiosa, comparável à súbita aparição de um deus e sua intervenção entre os homens.¹⁵ É bastante significativa a mensagem veiculada por este novo cerimonial público nas fôrmas de relacionamento entre o imperador, colocado mais próximo do Deus do que dos homens, e os seus súditos. Concordamos com J. Matthews¹⁶ quando afirma que o desenvolvimento deste cerimonial estaria articulado à necessidade de integração entre o imperador e a nova elite governante originária das províncias, a qual não possuía experiência senatorial e nem compartilhava das afinidades culturais tradicionais romanas. Significou um tipo de comunicação distinto do antigo ideário que regulava as relações sociais, porém nas bases de um relacionamento entre um autocrata e seus súditos.

Ao lado do cerimonial imperial devemos ressaltar, também, a importância da *adoratio purpurae* para a identidade da nova e ampliada elite dirigente. A forma como Amiano analisa esta cerimônia nos leva a inferir que, além de constituir-se num ato de submissão a um autocrata de tipo oriental, marcava a reconciliação com o imperador¹⁷ e significava a inclusão, no círculo dos amigos do imperador,¹⁸ daqueles *honorati*, os quais tinham posição e reconhecida lealdade ao imperador para usufruir deste privilégio.¹⁹

Assim, o relacionamento conflituoso entre os imperadores e a ordem senatorial não foi canalizado para a ampliação das prerrogativas do Senado. Adquiriu uma outra conotação, a qual inferimos pela posição ambivalente de Aurélio Víctor em relação aos senadores de sua época. Por um lado, exalta suas tradições, cultura e esplendor como representantes do *mos maiorum*, por outro, critica os senadores de sua contemporaneidade por terem abdicado do seu direito de escolha dos imperadores .

“(…) pelas vantagens do ócio e simultaneamente pelo medo por suas riquezas, o prazer e a abundância foram considerados mais importantes do que o que era eterno, abriram caminho para os soldados e virtualmente para os bárbaros terem o poder absoluto sobre eles e seus descendentes (…)”.²⁰

Tal passagem, entre outras, é importante para inferirmos o comportamento político exclusivista da ordem senatorial no Baixo Império.

Com a saída do imperador de Roma, as funções de munificência pública foram assumidas pela classe senatorial, principalmente aqueles de seus integrantes que se tornavam *praefectus urbi* . Ao assumirem a prefeitura de Roma, os senadores proeminentes podiam demonstrar todo o seu prestígio e autoridade, situação confirmada pelas descrições de Amiano

sobre a riqueza dos senadores, cuja tendência era a concentração de terras em grande escala, como por exemplo Petrônio Probo, o qual, segundo Amiano, “tinha propriedades em todo o mundo romano”.²¹

Amiano Marcelino recorre ao estilo satírico para descrever o comportamento público e privado dos senadores, assumindo a mesma posição de Aurélio Victor. Transmite uma caricatura da diferenciação cultural e sócio-econômica da população de Roma, a qual de certa forma espelha a do Império. Afirma que os senadores tinham pelo menos uma casa na cidade, onde viviam em extremo luxo e prazer, rodeados por cantores, dançarinos e músicos:²²

“era preciso uma viagem para visitar suas terras, onde os senadores eram escoltados por uma coluna de trabalhadores similar às marchas de Alexandre e César”.²³

Crítica a sua falta de cultura, pois “as bibliotecas viviam fechadas como tumbas”;²⁴ a paixão dos senadores pelas corridas de cavalos;²⁵ seu recurso à magia e às práticas de envenenamento;²⁶ sua falta de interesse por qualquer coisa que ocorresse fora de Roma; e sua arrogância e a ostentação de sua conduta pública. Possuíam “estátuas de bronze para assegurar sua posteridade e importavam bajuladores para administrar as colunas de suas mansões cobertas de mármore colorido”,²⁷ enquanto “o povo vivia oprimido na pobreza sob o toldo do teatro”.²⁸ Enfim, afirma que os senadores comportavam-se como homens “que não refletiam o lugar onde tinham nascido”.²⁹

Ademais, os senadores de Roma sempre estiveram intimamente ligados com a vida social e material das cidades das províncias ocidentais, especialmente Itália, Sicília e Norte da África,³⁰ onde eram proprietários de grande parte das terras. Portanto, quando assumiam o governo das províncias, havia pouca distinção entre os aspectos públicos e privados das suas atividades. Eram orientados pelos seus interesses privados e pela formação de clientelas locais. Em troca da posição de patronos e protetores, obtinham prestígio e influência locais pessoalmente e para seus familiares, conforme nos indica a lei de Valentiniano I do ano de 364 dirigida ao *corrector* da Lucânia, advertindo-o a não buscar mais popularidade pela realização de espetáculos do que pelo sério desempenho de suas funções de ofício.³¹ A natureza destas alianças de interesses podem ser ilustradas pela posição de Símaco como protetor da cidade de Benevento e Cesaréia Maurítânia³² e pelo discurso de Libânio sobre o patronato.

Os recentes trabalhos de W.Hadrill, J. Drinkwater e P.Garnsey³³ demonstram a importância do patronato para o entendimento da socieda-

de romana, a qual no Baixo Império tornou-se extremamente interligada ao sistema administrativo.³⁴

O patronato como uma proteção sistemática do pobre³⁵ desenvolveu-se durante o IV^o século devido à distância entre o Estado e os seus súditos, à fraqueza das atribuições estatais de proteção oferecidas pelo Estado e à transformação dos antigos vínculos sociais em uma competição pelos cargos públicos.

P. Garnsey e G. Woolf³⁶ nos mostram que os patronos tradicionais foram no Baixo Império suplantados por novos patronos investidos de autoridade local, os quais viam no patronato dos pobres uma forma de obtenção de poderes e recursos econômicos. Estes novos patronos estavam ligados às funções administrativas civis ou militares e atuavam tanto em relação aos centros urbanos como, e principalmente, no campo: *patrocinium vicorum*. No IV^o século as aglomerações rurais incluídas nos grandes domínios pertencentes a um só protetor eram cada vez em maior número. O oferecimento de apoio exigia do patrono autoridade, independência de decisão e disponibilidade de recursos materiais. Isto explica o número crescente de funcionários dotados de *patrocinium*, como os *curatores civitatis*, governadores de províncias (*consulares, correctores e rectores*), prefeitos de Roma ou do pretório. Logo, detinham uma supremacia tripla: as funções públicas, a posse das terras e o uso da clientela. Liberados das onerosas responsabilidades curiais, consagraram seus recursos financeiros para ampliar seus vastos domínios, seja sobre as terras de particulares ou as imperiais. Retiravam-se boa parte do ano para as suas explorações rurais e desafiavam os agentes da autoridade imperial, especialmente aqueles do Fisco. Sem dúvida, estes grandes proprietários ofereciam garantias de proteção mais sólida e ampla do que os já amplamente sobrecarregados decurhões. Daí o crescimento do número de colonos que se colocavam sob a proteção dos poderosos.

Tal prática interrompia o cumprimento de vários serviços estatais, particularmente o pagamento dos impostos. A principal preocupação do governo central é evidente na legislação de Constantino do ano de 332, na qual responsabiliza o patrono pelo pagamento dos impostos devidos pelos seus clientes.³⁷ Porém, a partir de 360, proíbe aqueles que detinham ofícios públicos de exercerem o *patrocinium*, sob pena de perda de suas propriedades.³⁸ Esta legislação, que cobre o período entre os anos de 360 e 399, foi ineficaz, pois Libânio, no discurso sobre o patronato, pede a Teodósio para reforçar a legislação imperial contra os oficiais do exército que cobravam dinheiro ou pagamentos em espécie dos colonos das grandes cidades em troca de proteção militar, expediente usado para aterrori-

zar e explorar os vizinhos.³⁸ Além disto, uma lei do ano de 415 reafirmava que ninguém podia ser isento dos serviços públicos compulsórios em nome do patronato, o qual era entendido como uma ilícita apropriação de autoridade.³⁹

Tais dados nos levam a concordar com a afirmação de J. Matthews⁴¹ no sentido de que os membros desta nova ordem senatorial preferiam a vida privada do que empenhar-se para realizar o ofício público. Daí a preferência pelo *otium* descrito por Aurélio Victor e Amiano Marcelino, mais do que pela lealdade no cumprimento das obrigações do serviço público.

Os laços do patronato também são evidenciados entre os ricos, pois o acesso aos principais cargos da administração imperial eram obtidos pela combinação de influência, recomendação e pagamento de significativas quantias. Amiano Marcelino não critica abertamente a prática do *patrocinium*, concentra as suas críticas na capacidade do imperador de escolher entre os homens justos e honestos. Demonstra que aquela prática era capaz de formar importantes facções na corte imperial, congregando amigos provenientes da mesma província,⁴² e que certas famílias, objetivando realizar seus desígnios sem sofrer punições, usavam seus poderes e fortuna secretamente para controlar as altas magistraturas.⁴³ Por outro lado, também menciona que muitos decuriões buscavam obter privilégios especiais e ascender socialmente, através do uso secreto de informações e de significativos subornos.⁴⁴

A numerosa legislação desde Constantino tentava impedir todas as formas de corrupção oficial. Porém, o governo não pôde combater um dos maiores aspectos da corrupção, que foi a transformação do *suffragium*, o qual no século II era entendido como uma “influência gloriosa” e no IVº século passou a ser reconhecido como “recomendação por compra”.⁴⁵ Muitos se interessavam em gastar grandes quantias para assegurar posições vantajosas, principalmente em algumas partes do serviço público, tais como os eunucos do *sacrum cubiculum*⁴⁶ e os *agentes in rebus*, que recebiam significativos subornos por suas informações, tanto que a nomeação para os postos do correio imperial foi controlada por uma lei datada de 396.⁴⁷

A legislação indica que o *suffragium* tornou-se uma prática comum nas relações públicas, a qual despertou a preocupação do governo: “os conselhos municipais ficaram vazios de decuriões através da *empta dignitas* e *suffragia*”.⁴⁸ A reação governamental foi no sentido de tentar proibir tal prática, como nos prova o texto de uma lei de 362.⁴⁹ Todavia, trinta anos mais tarde, a legislação determina:

“(…) as pessoas que desejarem ter seus desejos apresentados perante o imperador ou alto funcionário oficial devem solicitar que o

patronato seja exercido para ele por alguém e se eles se comprometeram por um contrato formal aressarcir o favor, devem honrar a promessa quando obtiverem o que desejavam (...)"⁵⁰

A corrupção afetava especialmente a burocracia e o exército, e nem mesmo a alta nobreza estava livre dela.⁵¹ Aurélio Victor afirmava que a prosperidade do Estado dependia do caráter daqueles no poder,⁵² porém em sua época:

"(...) quando a integridade dos assuntos públicos é desprezada e os incultos são misturados aos bem nascidos, homens estúpidos aos inteligentes, muitos fizeram dos cargos públicos uma sinecura, uma fonte de arrogância ao pobre feita pelos piores dos indivíduos e de rapina em prejuízo da coleta das provisões (...)"⁵³

Amiano afirma que Constâncio "engordou os ricos com o que havia de melhor nas províncias"⁵⁴ e nos narra vários casos de ação corrupta dos oficiais imperiais em relação aos provincianos. Dentre eles destacamos a ação de Romano, *comes Africae* de Valentiniano,⁵⁵ o qual diante do pedido da Cúria da cidade de Trípoli por ajuda contra a invasão dos *Austorianii* (povo da Mauritânia), solicitou vultosa quantia de provisões e quatro mil camelos equipados. A população da cidade declarou que não podia fornecer o solicitado porque tinha acabado de sofrer um ataque desse povo, durante o qual boa parte das propriedades foram queimadas e pilhadas. Romano não ofereceu nenhuma ajuda ou proteção aos tripolitanos. A cidade foi invadida e saqueada por duas vezes. Os delegados de Trípoli, encarregados de noticiar o ocorrido a Valentiniano, foram considerados mentirosos e condenados à pena capital. Amiano ressalta que Romano conseguiu livrar-se das acusações através de subornos e chantagens feitas aos agentes de Valentiniano. Romano nada sofrera porque igualmente o opressor governador da Ilíria, Probo,

"(...) seguia a política de Valentiniano de tirar dinheiro de qualquer lugar sem distinção entre o certo e o errado,..... trazendo problemas para seus súditos, e os impostos que foram instituídos, continuaram a longa prática da opressão sob vários pretextos, cada um mais eficaz do que o outro, cortando e enfraquecendo a fonte da fortuna de ricos e pobres (...)"⁵⁶

Amiano também ilustra o impacto nas comunidades locais pelos desmandos da burocracia imperial através da narrativa da ação dos *Martocupreni*, "feroz raça de bandidos" de uma aldeia próxima à cidade de

Apaméia na Síria, em 369. Estes se disfarçaram de *rationalis* (agentes do tesouro) e, com seus soldados, fizeram uma proclamação através do arauto de que foram enviados pelo imperador para confiscar a propriedade dos ricos. Os bandidos saquearam e roubaram o que puderam e fugiram.⁵⁷

Tal situação, seja verdadeira ou não, nos fornece uma idéia dos padrões de comportamento dos funcionários imperiais.

De acordo com o nosso modelo teórico, partimos do pressuposto de que a complexidade política de uma sociedade deve ser entendida como uma estratégia para manter a relação de legitimidade e autoridade entre o poder e a sociedade, sendo o seu desenvolvimento voltado para gerir os conflitos sócio-econômicos e políticos, mais pela obediência civil do que pelas forças de coerção. No entanto, a análise dos dados que acabamos de apresentar nos demonstram que o desenvolvimento do patronato e da corrupção no século IV estão relacionadas ao incremento da violência governamental, a qual é evidenciada pelo caráter prescritivo das leis, pelas formas de atuação da burocracia imperial; pelo isolamento do imperador em relação aos seus súditos e, principalmente, pela tendência dos funcionários públicos para canalizar sua autoridade em benefício próprio.⁵⁸ A acumulação da riqueza em mãos privadas, principalmente no Ocidente, e a conseqüente ampliação das oportunidades dos potentes, tornaram ineficazes as tentativas governamentais para conter o desenvolvimento da patronagem e das diversas formas de corrupção. Se olharmos o problema em termos da estrutura de governo, veremos que o aumento no número de funcionários e a ampliação de suas atribuições significou o crescimento de seu potencial de abuso dentro do sistema, o qual tinha poucas chances de operacionalizar mecanismos para controlá-los. Ademais, apesar da aparente submissão política da aristocracia, o regime imperial não pôde afastar-se da sua influência, porque necessitava do apoio das grandes famílias de proprietários territoriais para sobreviver. A força obtida por estas famílias, ao longo do IVº século, explica o seu não desaparecimento após o desaparecimento dos imperadores romanos no Ocidente.⁵⁹

R. MacMullen⁶⁰ segue a estimativa de A. H. M. Jones no sentido de que o serviço público tinha entre trinta a trinta e cinco mil funcionários, em comparação às poucas centenas existentes no século II. Tais funcionários estavam concentrados em certas áreas mais críticas do governo, como segurança e finanças, enquanto outras eram negligenciadas, deixando um vácuo de poder a ser preenchido pelo patronato e corrupção. Fenômenos estes que também são comuns nas sociedades modernas. Porém, as oportunidades do governo romano para controlar as transgressões originadas por estas práticas em detrimento da autoridade estatal eram extremamente li-

mitadas. Sabemos que a extensão territorial do Império era enorme, o sistema de transporte bastante limitado e, por conseguinte, tornava-se praticamente impossível uma eficaz transmissão de informações e, por conseguinte, o controle sócio-político. Além disto, devemos considerar o caráter patrimonialista dos poderes e funções da burocracia, o qual induzia os seus componentes a usarem sua autoridade em benefício privado.

Logo, o comportamento político exclusivista e a tendência de concentração da riqueza fundiária demonstrados pela ordem senatorial, a falência da organização curial, o *patrocinium* e a corrupção endêmica nos quadros da administração central significaram sérios entraves para a obtenção de recursos humanos e materiais necessários ao funcionamento do sistema político.

Ao lado destes elementos, não poderíamos deixar de mencionar o movimento das usurpações do poder imperial que se processava no interior do próprio aparelho estatal, mediante a revolta de indivíduos integrantes do subsistema administrativo ou do coercitivo-militar, os únicos homens capazes, em virtude do papel de liderança que desempenhavam, de arregimentar recursos materiais e humanos para viabilizar os golpes contra o poder imperial.⁶¹

Não foi possível, durante o IV^o século, uma ação reguladora destes conflitos sociais, os quais resultaram da cisão da elite dirigente. O caráter recorrente das conspirações e usurpações do poder imperial é um indício de que o Estado não conseguia administrar convenientemente os conflitos sociais, nem através de recursos materiais (concessão parcial às reivindicações dos manifestantes, aliada a um eficiente controle militar), nem no nível político-ideológico para reafirmar a sua legitimidade.

Baseando-nos, portanto, nos pressupostos teóricos de S. Eisenstadt⁶² sobre a insuficiência dos mecanismos reguladores sócio-políticos, inferimos as dificuldades de relacionamento entre as instituições políticas e as demais instituições para assegurar o afluxo de recursos materiais e humanos ao sistema político para a realização de seus diversos objetivos. Tais mecanismos tampouco podiam assegurar os direitos e obrigações políticas dos diversos grupos entre si, nem garantir que suas demandas e seus direitos fossem aceitos pelos Imperadores. Ficava também comprometida uma adequada regulação das relações intergrupais dentro dos limites territoriais e o exercício da coação a fim de obrigar a execução das decisões jurídicas. Daí, o reforçamento das características organizacionais do sistema político baixo-imperial para regular as situações contraditórias, visando por um lado proporcionar marcos dentro dos quais os grupos sociais pudessem canalizar suas aspirações sociais e políticas e, por outro,

assegurar o provimento de recursos materiais e humanos para a esfera política.

Portanto, a análise da documentação textual selecionada nos demonstrou que o padrão de gerência de conflito característico do sistema imperial romano caracterizou-se pela manutenção das formas tradicionais de crescente investimentos para a ampliação do aparato político, administrativo e militar, sem que houve um crescimento paralelo dos demais sistemas participacional e econômico, compatível com a ampliação dos investimentos.

Tal relação assimétrica se vincula ao desequilíbrio entre os encargos políticos que pesariam sobre o governo e sua capacidade para manter a integração dentro da sociedade. Este processo desagregador pode ser definido pelo aumento dos encargos sobre o governo e a redução de suas alternativas para fazer frente a eles, bem como de dos benefícios apreciáveis para a sociedade. Isto estaria interligado à descaracterização das relações integradoras entre o centro decisório, as províncias e as periferias, as quais foram responsáveis pelo funcionamento e manutenção do sistema intra-imperial romano. De acordo com a lógica da lei das proporções variáveis, o Império Romano atingiu, neste momento, a situação de retorno marginal decrescente dos investimentos feitos na complexidade do sistema político. Interpretação inferida de forma qualitativa pela manifestação de fenômenos que demonstram a queda do nível de complexidade social, a saber:

- menor grau de divisão, troca e redistribuição de recursos;
- menor grau de estratificação e diferenciação social;
- menor capacidade de centralização, regulação e integração entre o Estado e os diversos grupos sociais entre o centro, semi-periferias e periferias.

Tal raciocínio explicativo nos leva a inferir a dinâmica de interdependência entre o Estado, a sociedade e o colapso, e valida a nossa hipótese de que o sistema intra-imperial romano, ao longo do Baixo Império, atinge os seus limites críticos, tanto em relação às necessidades de defesa externa como em relação às necessidades produtivas, atingindo a situação de retornos marginais cada vez mais decrescentes dos investimentos na complexidade político-administrativa, o que conduziu o Estado imperial romano no Ocidente ao colapso irreversível. Durante o Vº século a política imperial se engajou num comportamento “explorador”, culminando com a deposição de Rômulo Augustulo em 476 e a formação dos reinos “bárbaros” nos antigos territórios das províncias romanas, algo que representou a volta de formas sociais menos complexas para a Europa Ocidental.

Notas

¹ TAINTER, J. *The Collapse of Complex Societies*. Cambridge University Press, 1988.

² Ibidem, Cap. 4, e MENDES, N. M. “Um Modelo de Colapso de Sociedades Complexas”. *Phoenix. Revista do Laboratório de História Antiga, IFCS/UFRJ*, Rio de Janeiro: Ed. Sette Letras, 1995. pag. 157-170.

³ Vide GARNSEY, P. and SALLER, R. *The Roman Empire – Economy, Society and Culture*. London: Duckworth. 1987.

⁴ MAGALHÃES, J. P. de A. *Economia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974, p. 270.

⁵ DAHRENDORF, R. *As Classes e seus Conflitos na Sociedade Industrial*. Brasília: Universidade de Brasília, 1982. p. 164.

⁶ Gostariamos de destacar na obra De Caes. os seguintes livros: 3, 4, 5, 9, 11, 14, 17, 20, 26, 32, 33, 34, 36, 37, 40.

⁷ CHRISTOL, M. “L’Etat Romain et la Crise de l’Empire”. *L’Information Historique*. Paris, v. 44, n. 4, p. 160, 1982.

⁸ Panegírico a Constantino 35. 2.

⁹ *Res Gestae* 21.10.8.

¹⁰ CHASTAGNOL, A. “L’Evolution de l’ordre senatorial dans le III et IV siècles de notre ère”. *Revue Historique*: Paris, t. 496, p. 310, 1970.

¹¹ *De Caes.* 5 e 8.

¹² *Res Gestae* 15.1.3 e 29.5.46.

¹³ Aurélio Victor De Caes. 25.

¹⁴ *Res Gestae* 16.10.7-11.

¹⁵ GAGÉ, J. *Les Classes Sociales dans l’Empire Romaine*. Paris: Payot, 1971. p. 347.

¹⁶ MATTHEWS, J. *The Empire of Ammianus*. London: Duckworth, 1989.

¹⁷ *Res Gestae* 15.5.18 e 22.9.16.

¹⁸ *Res Gestae* 21.9.8.

¹⁹ C.T. 6.24.4.

²⁰ *De Caes.* 37

²¹ *Res Gestae* 27.11.1.

²² *Res Gestae* 14.6.18.

²³ *Res Gestae* 28.4.18.

²⁴ *Res Gestae* 14.6. 18 e 28.4.14.

²⁵ *Res Gestae* 28.4.16-21.

²⁶ *Res Gestae* 26.3.4; 28.1.1; 28.4.25.

²⁷ *Res Gestae* 28.6.13.

²⁸ *Res Gestae* 14.6.25

²⁹ *Res Gestae* 14.6.7.

³⁰ HARMAND, L. *Le Patronat sur les Collectivités publiques des origines au bas-empire*. Paris: PUF, 1957, ps.188, 202, 285.

³¹ C.T.1.16.9.

³² Vide MATTHEWS, J. *Western Aristocracies and Imperial Court a.C. 364-425*. Oxford: Clarendon Press, 1990,p.24 ss.

³³ WALLACE-HADRILL, A. "Patronage in Roman society: from Republic to Empire". In: WALLACE- HADRILL, A. (org.) *Patronage in Ancient Society*. London: Routledge, 1990; DRINKWATER, J. "Patronage in Roman Gaul and the problem of the Bagaude". In: Ibidem; GARNSEY, P. and WOOLF, G. *Patronage of the rural poor in the Roman World*. In: Ibidem.

³⁴ Vide HARMAND, L. *Op. Cit.* Terceira Parte.

³⁵ Entendemos por pobres aqueles que viviam próximos do nível de subsistência, cujo objetivo principal era a obtenção de um mínimo de alimento, abrigo e roupas necessários para a sobrevivência física. Vide P. Garnsey e Woolf p. 153 e WHITTAKER, C. R. "O Pobre". in: GIARDINA, A. *O Homem Romano*. Lisboa, Presença, 1982, pp. 225-248.

³⁶ GARNSEY, P. and WOOLF, G. *Op. Cit.* p.167.

³⁷ C.T. 5.17.1.

³⁸ C.T. 11.24.1, 3, 4, 5.

³⁹ CAMERON, A. *The Later Roman Empire*. London: Fontana Press, 1993. p. 106.

⁴⁰ C.T. 11.24.6.

⁴¹ MATTHEWS, J. *Op. Cit.* p. 28.

⁴² *Res Gestae* 27.3.11; 28.1.45; 28.3.3; 29.2.22; 29.6.3.

⁴³ *Res Gestae* 27.11.3.

⁴⁴ *Res Gestae* 22. 9.12; 27.9.12.

⁴⁵ MACMULLEN, R. *Corruption and the Decline of Roma*. Yale University Press, 1988. p. 103 ss.

⁴⁶ Vide CORASSIM, M. L. "A História Augusta: o poder político dos eunucos." In: *Atas do II Congresso Nacional de Estudos Clássicos*. São Paulo: USP, 1991. p. 441-446.

⁴⁷ C.T. 6.27.8.

⁴⁸ C.T. 12.1.25.

⁴⁹ C.T. 2.29.1.

⁵⁰ C.T.2.29.2.

⁵¹ ZÓSIMO. *Nueva Historia*. 4.27.3.

⁵² *De Caes.* 24.

⁵³ *De Caes.* 9.

⁵⁴ *Res Gestae* 16.8.12.

⁵⁵ *Res Gestae* 28.6.1-24

⁵⁶ *Res Gestae* 30.5.5-6.

⁵⁷ *Res Gestae* 28.2.11-13.

⁵⁸ Vide MACMULLEN, R. *Op. Cit.* Capítulo III.

⁵⁹ Vide as narrativas aminianas sobre o comportamento sócio-político dos membros da família dos Anicii. *Res Gestae* 16.8.3-12; 27.11.1-6; 30.5.10.

⁶⁰ Vide MACMULLEN, R. *Op. Cit.* Capítulo II.

⁶¹ Vide SILVA, G. V. da. *A escalada dos imperadores proscritos, conflito social e usurpação no IV século d.C.*. Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de Mestrado, 1993.

⁶² EISENSTDAT, S. *Op. Cit.* p. 148 ss.